

Das armas aos livros: uma análise do discurso negacionista na obra *A verdade sufocada* de Carlos Alberto Brilhante Ustra

João Francisco Teixeira Amaro da Silva

Universidade Federal de Alfenas
Alfenas - Minas Gerais - Brasil
teixeirajoaofrancisco829@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as dimensões textuais e estilísticas presentes na narrativa negacionista de Carlos Alberto Brilhante Ustra em *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça* e, para tanto, os mecanismos tropológicos propostos por Hayden White nortearão essa investigação. Demonstradas as estratégias explicativas utilizadas pelo coronel para convencer seu público sobre a sua visão de mundo, bem como a apreensão que faz do passado no atual contexto de guerra de memórias, espera-se contribuir para a construção de uma resposta ética e humanamente responsável acerca do passado traumático da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985.

Palavras-chave: Negacionismo. Ditadura de 1964-1985. Guerra de memórias.

Introdução

Publicado inicialmente em 2006, *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça* foi o segundo livro de autoria do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, notório torturador durante a Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 e reconhecido como tal pela Justiça (ARRUDA, 2012). A obra possui diversas reedições com novos capítulos, algumas inclusive póstumas ao falecimento de seu autor em 2015 e que agora estão sob a manutenção de sua viúva, Joseíta Brilhante Ustra.

O autor ganhou maior atenção na arena pública com o crescente clima de tensão política e com o antipetismo nos últimos anos, bem como pela intensificação da guerra de memórias sobre o período ditatorial na Comissão Nacional da Verdade e, com especial destaque, pela homenagem que recebeu do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro ao pronunciar voto favorável para o impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

É importante analisar a obra de Ustra a partir de uma perspectiva da História do Tempo Presente, pois o tipo de narrativa que ele produziu tem contribuído em muito para a sustentação, nos dias atuais, de um projeto autoritário que não foi enterrado com o encerramento formal da Ditadura Civil-Militar em 1985. Assim, se tratando também

de um processo que envolveu um alto grau de violência e de repressão, a ditadura militar brasileira pode ser pensada em conjunto com outros eventos traumáticos que marcaram o último século (FICO, 2012).

O objetivo deste artigo é analisar a estrutura narrativa do livro *A verdade sufocada*, no intuito de compreender as estratégias retóricas presentes em sua proposta de produção narrativa de sentido. Para tanto, tomaremos como ponto de partida a “teoria da obra histórica” proposta por Hayden White em *Meta-História: A Imaginação Histórica do século XIX* (2008).

Segundo a teoria, um relato histórico se desdobra em diferentes níveis. Para além das disposições temporais preliminares da “crônica” e da “estória”, o(a) narrador(a) também utiliza estratégias explicativas que formam um determinado estilo historiográfico. Essas estratégias são: a “explicação por elaboração de enredo”, a “explicação por argumentação formal” e a “explicação por implicação ideológica” (WHITE, 2008, p. 21). Mas todas são precedidas pela base tropológica que prefigura o campo histórico.

Cada estratégia é composta por quatro modos específicos. Há "afinidades eletivas" entre esses modos e tropos que os permitem ser combinados na elaboração do texto. Ou seja, a combinação de um modo de enredamento — estória romanesca, comédia, tragédia, sátira — com um tipo de argumentação — formista, organicista, mecanicista, contextualista — e uma forma de implicação ideológica — conservantismo, liberalismo, radicalismo, anarquismo — representa um estilo particular de escrita que, por sua vez, é correspondente a um tropo linguístico — metáfora, metonímia, sinédoque, ironia — que prefigura o campo histórico, que, em outras palavras, constrói uma visão específica dos eventos pretéritos de forma coerente e que se propõe como plausível e legítima para um público.

Para analisar a estrutura narrativa do livro, identificaremos o uso feito por Ustra de cada estratégia explicativa apresentada anteriormente, para finalmente desvelarmos o estilo que o representa. Desta maneira, com as reflexões retiradas a partir da presente análise, esperamos contribuir para a construção de uma resposta ética e humanamente responsável a respeito de acontecimentos colocados em pauta no caso específico de Brilhante Ustra, além de expressar a possibilidade de promoção de novas responsabilidades em relação à escrita do passado traumático da ditadura.

O “Mesmo no Diferente”: nível estético

Podemos extrair da estrutura temporal negacionista uma perspectiva centrada no entendimento de que o tempo histórico opera de forma determinista, fatalista e homogênea, como sugere Mateus Henrique de Faria Pereira (2015). O autor ainda acrescenta que:

Uma determinada concepção de tempo homogênea tende a afirmar que o Golpe de 1964 só existiu porque não havia outra alternativa; ele foi inevitável. Se não fosse o Golpe, teria havido um golpe e uma ditadura comunista. Os militares salvaram o Brasil dos terroristas e comunistas porque agiram antes. O golpe foi, na verdade, uma “contrarrevolução” (PEREIRA, 2015, p. 870-871).

E parece ser nesse sentido que Ustra dispõe sua narrativa: como uma sequência ininterrupta e linear de fenômenos atrelados diretamente à ameaça comunista desde a década de 1920, partindo da fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) até os dias atuais e se estendendo ao futuro. O estabelecimento dessa continuidade reforça a ideia de que estamos presos em um estado de coisas caracterizado pelo “Mesmo no Diferente”, temática sugerida por Hayden White como norteadora de um enredo cômico ou trágico.

O modo de elaboração de enredo consiste na estratégia explicativa da qual provém algum sentido do processo de organização da estória. Trata-se, portanto, do nível em que o sequenciamento dos eventos — discerníveis nas noções de começo, meio e fim, com este último sendo geralmente provisório por se tratar de uma obra histórica — revela-se pouco a pouco como sendo uma estória de tipo particular. Essa estória, por sua vez, se enquadra em um dos quatro modos que White apontou a partir de um ensaio feito por Northrop Frye (2020) em *Anatomy of Criticism*: estória romanesca, tragédia, comédia ou sátira. Ustra desenvolveu seu enredo baseado em uma relação conflituosa entre partes que são inconciliáveis e que estão fadadas a se enfrentarem novamente no presente ou no futuro próximo. Além do recurso à ideia de “queda do herói”, podemos tomar sua estória como uma tragédia:

Vencemos a luta, malgrado ver, hoje, meu nome e de muitos companheiros enxovalhado pelos **vencidos, que novamente intentam contra o Brasil, dominando o Estado na tentativa de se perpetuar no poder sob uma nova roupagem** (USTRA, 2007, p. 165, negritos meus).

Para justificar a análise do enredamento de *A verdade sufocada*, é essencial atentar para o fato de que a sua narrativa não abrange as temáticas dos modos da estória romanesca, da comédia e da sátira. A não insinuação de uma vitória definitiva das forças

do “bem” sobre as forças do “mal” exclui a possibilidade de se tratar de uma estória romanesca. A impossibilidade de conciliação — e, se houver, é ilusória — entre as forças opostas do mundo narrado deixa de lado a comédia. Finalmente, Ustra não almejou preparar a consciência de seu público para rejeitar qualquer noção rebuscada do mundo, o que exclui, portanto, a hipótese de se tratar de um enredo satírico.

Há de se notar também que a narrativa expõe um forte ressentimento. Esse sentimento é motivado, sobretudo, pelo não reconhecimento pela historiografia hegemônica dos esforços daqueles “que atenderam ao chamado da Pátria e arriscaram a vida com coragem, lutando com honra e dignidade para extirpar o terrorismo de esquerda que ameaçava a paz e a tranquilidade do Brasil” (USTRA, 2007, p. 15). Esse reconhecimento teria sido negado quando “a esquerda revanchista passou a escrever e a mostrar, da forma que lhe convinha, a luta armada no Brasil” (USTRA, 2007, p. 11). Em vista disso, conseguimos perceber a necessidade do autor em lutar pelo estabelecimento da “verdade histórica”, uma vez que: “com mentiras e meias-verdades eles vêm, há anos, deturpando os fatos e falseando a história, pois somente eles têm voz e vez” (USTRA, 2007, p. 28).

Entretanto, como afirma Caroline Bauer (2019, p. 46, tradução nossa), a especificidade do negacionismo brasileiro é que “não nega, não revisa, [mas] busca legitimidade para a ditadura”¹. E parte desse mecanismo de legitimação consiste na redução das ações do terrorismo de Estado ao longo do período ditatorial:

Alguns criticam os métodos usados para pacificar o País. Alegam que o Estado respondeu com violência excessiva à ação dos terroristas [mas] o confronto, que não iniciamos, mas que vencemos, preservou a democracia. [...] quer queiram ou não, foi com o nosso método de combate ao terrorismo que restabelecemos a paz, com um número reduzidíssimo de vítimas (USTRA, 2007, p.320-321).

Nesse sentido, a narrativa produz a ideia de que o “herói trágico”, corporificado nas Forças Armadas, apenas cumpriu com a sua respectiva “missão”. Realizado esse dever, restaria garantir que a memória dessa “comunidade” de militares fosse resguardada e lançada na arena pública. Afinal, a publicação do livro *Brasil Nunca Mais* em 1985, cujo projeto fora coordenado por Dom Paulo Evaristo Arns, bem como pelo pastor presbiteriano James Wright e pelo rabino Henry Sobel, caracterizou uma das mais significativas denúncias contra a violência perpetrada na Ditadura Civil-Militar de 1964-1985. A primeira resposta ao lançamento dessa obra ocorreu logo no mesmo ano e foi

¹ No original: “No niega, no revisa, [mas] busca legitimidad para la dictadura”.

coordenada no “Projeto Orvil”, resultando no título *As Tentativas de Tomada do Poder*. A produção não chegou a ser lançada na época por impedimento do governo Sarney, mas, em 2012, uma versão chegou a ser publicada pela Editora Schoba com o título *Orvil: Tentativas de Tomada do Poder*.

Vale salientar que muitos dos argumentos de Ustra foram retirados diretamente do *Orvil*. Mais importante, um aspecto essencial em ambos os livros é a responsabilidade atribuída à população no combate à chamada Quarta Tentativa de Tomada do Poder, no explícito intuito de mobilizá-la. Segundo o coronel, atualmente o inimigo tenta alcançar uma nova forma de regime socialista se valendo de novos meios — institucionais, culturais, entre outros —, dando especial atenção para a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002. Então oferta o fruto do seu trabalho aos jovens:

Dedico este livro, [...], aos jovens que não viveram aquela época e que somente conhecem a história distorcida pelos perdedores de ontem, muitos dos quais ocupam cargos em universidades, jornais, emissoras de rádio e televisão e posições relevantes em cargos públicos.
Dedico-o a eles que são o futuro do novo Brasil. [...].
Ofereço este livro aos jovens, para que possam buscar a verdade, com liberdade para procurá-la, liberdade legada a eles por nossa luta. [...]. Não é sobre a mentira que se alicerça o futuro de um país.
[...] Assim, com o espírito limpo, construirão o País que pacificamos com sangue e lágrimas de muitos brasileiros (USTRA, 2007, p. 15-16).

Um aspecto constante em seus escritos é o recurso à lamentação, uma estratégia que apela para a comoção do público através do abalo trágico que é a “queda do herói” para seu mundo. Segundo Ustra (2007, p. 12), por exemplo, após o impedimento da publicação de *As Tentativas de Tomada do Poder* em 1987, “a instituição [o Exército] permaneceu muda e a farsa dos revanchistas continuou, livre e solta, a inundar o País”. Ou ainda: “no segundo semestre de 2004, a opinião pública brasileira foi bombardeada, novamente, por intensa orquestração, desencadeada pela imprensa e pelos ‘arautos da democracia e dos direitos humanos’, para a ‘abertura dos arquivos da ditadura” (USTRA, 2007, p. 25) – o último evento citado parece ter sido o estopim para a escrita de seu livro. O risco de o povo brasileiro também “cair” perante a força que assola seu mundo é grande, se, é claro, levarmos em conta a ascensão dessa “esquerda revanchista” no poder. Ademais, a culpabilização de Brillhante Ustra por todas as mortes e demais abalos trágicos recai apenas sobre os seus inimigos, isentando as ações repressivas do Estado.

Devemos lembrar que, como afirmado anteriormente, o arquétipo estético da tragédia nessa narrativa aponta para um novo conflito no presente ou em um futuro

próximo. Em vista disso, o negacionismo de Ustra se pauta “pelo estabelecimento de uma proclamação e pela busca dos meios para dar plausibilidade a esta proclamação a um público leitor que não tem a sua disposição instrumentos de avaliação de suas proposições” (MORAES, 2011, p. 10), o que abrange tanto uma questão epistemológica como ética, aspectos a serem abordados posteriormente nesta análise.

Nesse cenário – preocupante em face do descrédito das Instituições; do baixo índice de crescimento da economia, num ambiente internacional amplamente favorável; do volume da dívida interna; da banalização da violência; da corrupção generalizada; da frustração popular; e outros – a Nação se empobrece, o Estado cresce, a sociedade perde a esperança, a base da pirâmide social aumenta, a possibilidade de ascensão social se reduz, a juventude se frustra (USTRA, 2007, p. 551).

Assim, é importante registrarmos a seguinte tendência do *mythos* trágico: situando o público no seu presente e informando-o das forças com as quais e contra as quais deve pelejar pela sua vitória, o conhecimento histórico passa a ser tratado como coisa viva no presente, dirigindo a atenção desse público para o demônio que o atormenta, esforçando-se para extirpar o medo que ele lhe provoca ao mostrá-lo como sua própria criação e potencialmente sujeito à sua vontade. Essa estratégia se complementa quando o autor dispõe o sentido dos eventos históricos em um futuro que é desejado e que, ao mesmo tempo, parece estar se fechando, mas que ainda pode ser “salvo” pelo indivíduo que foi purificado pela revelação da ambiguidade intrínseca do passado (WHITE, 2008, p. 237-239). Para tanto, é preciso:

[...] manter o desespero e a aspiração presentes à consciência humana, manter a mente dos homens dirigida para o futuro, mas ao mesmo tempo fazê-los recordar que um futuro melhor e mais humano não poderia ser conquistado contra o sofrimento mais desapiedado com o esforço mais penoso (WHITE, 2008, p. 211).

Deste modo, podemos notar o indício do uso político do passado no livro de Brilhante Ustra, uma expressão de sua relação com o pretérito para questões do presente. Trata-se de um uso que se torna um abuso da memória, da história, das “questões práticas” (WHITE, 2018, p. 14) sobre o passado e que se caracteriza por uma argumentação de tipo particular:

Uma apropriação reativa que se vale de uma linguagem atualizada, criativa, mas que tem como objetivo desequilibrar procedimentos de reflexão sobre os processos históricos, desqualificar o papel do professor e de pesquisas históricas que não atendam as demandas políticas e os interesses desses novos produtores (MENESES, 2019, p. 70).

O método do falsário: nível epistemológico

Apresentado o impulso trágico no enredo do autor, o próximo passo consiste no desvelamento da forma argumentativa presente em *A verdade sufocada*. Partindo dos estudos de Stephen Pepper (1992) em *World Hypotheses: A study in Evidence*, White sugeriu que a explicação dos motivos pelos quais os eventos apresentados na estória aconteceram de uma determinada forma constitui-se por padrões específicos que se distinguem em quatro tipos: formismo, organicismo, mecanicismo e contextualismo.

Sugerimos, na presente análise, que o modo do qual se vale a argumentação de Ustra é representado pelo organicismo. White (2008, p. 189) deu uma boa definição:

Num nível, a pergunta “Que aconteceu?” é respondida pela inserção de um evento ou série de eventos dentro de um contexto através da discriminação dos fios que ligam o evento a outros eventos, propiciando dessa forma a impressão de uma rica textura de ocorrência que não é passível de qualquer explicação nomológica. Em outro nível, a pergunta “Por que aconteceu como aconteceu?” é respondida pelo movimento que parte de um contexto, considerado como uma forma realizada, para outro de modo a mostrar a integração superior dos fenômenos entre si em cada etapa sucessiva — no modo do organicismo.

Sem recorrer necessariamente a uma descrição profunda “da variedade, do colorido e da vividez do campo histórico” (WHITE, 2008, p. 29), a argumentação de Ustra não é marcada por traços formistas. Também, dado que sua tragédia não se pauta pela afirmação de leis universais, o modo mecanicista é excluído como possibilidade. E por último, como não depende unicamente da inserção dos seus objetos de estudo em seus respectivos contextos para que se estabeleçam as “inter-relações funcionais entre agentes e agências que ocupam o campo num dado momento” (ASSIS, 2017, p. 77), não argumenta na forma contextualista.

Podemos então identificar que o coronel dispôs algumas séries de eventos de maneira organicista ao estabelecer a agregação dessas partes em totalidades respectivas e discerníveis. São, ao todo, quatro tentativas sequenciadas de conquista do poder, que por sua vez se agregam inicialmente em processos maiores, como o de expansão internacional da ideologia comunista após a Revolução bolchevique em 1917, antes da Guerra Fria; depois, no cenário da Guerra Fria; e, por último, no mundo globalizado do pós-Guerra Fria.

Grosso modo, Brilhante Ustra proclamou que a compreensão que temos sobre esse passado – há décadas pesquisado e estudado pelos acadêmicos – foi distorcida pelos “revanchistas” em benefício próprio. Em contrapartida, ele sugere que esse “todo” pode

assumir uma coerência formal de fato “verdadeira” se o desintegrarmos e o analisarmos por suas partes, pelos eventos, agentes e agências que o constituem, desde que estejamos alinhados com os seus interesses.

Foi necessário pesquisar, estudar e analisar o período que vai de 1960 até os dias de hoje, para mostrar a verdade sobre a ótica de quem, nesse período, viu, viveu e lutou contra a Segunda e a Terceira Tentativas de tomada do poder pelos partidos e organizações marxista-leninistas que optaram pela luta armada (USTRA, 2007, p. 28).

Ustra ainda acrescenta que pretendia “[...] deixar bem claro, como a revolução comunista vinha sendo preparada e como as cabeças dos nossos jovens vinham sendo amoldadas, desde antes de 1935, ano da Intentona Comunista” (USTRA, 2008, p. 29), a primeira das tentativas. Ademais, o coronel rejeita a possibilidade de que o presente assumira alguma posição de *telos*, o produto final do passado, apontando para o fato de que a quarta tentativa que ele e o *Orvil* denunciaram se integra com suas ascendentes em um todo maior e conseqüentemente trágico, a forma das formas: o conflito entre as forças do “bem” contra as forças do “mal” – do comunismo, do petismo, do Foro de São Paulo, entre outras facetas que a última Tentativa de Tomada do Poder (TTP) assume.

O princípio básico de uma luta entre forças opostas parece ser o componente essencial desses processos, uma vez que a argumentação organicista tende a demonstrar a regência de ideias e de princípios que os norteiam e busca configurar a imagem do fim a que os processos se destinam quando se integram. De certo modo, essa noção abre a possibilidade de se encarar o fim de maneira libertadora, pois este se torna passível de mutação, acompanhando o *mythos* da tragédia.

Para tanto, sua retórica deveria induzir o público leitor a extrair uma mesma presença desta força do mal em todos os eventos e fenômenos fragmentados por ele em sua análise para que, enfim, o convencesse de sua proposição. Porém, apenas essa organização não tornava suficiente sua estratégia de persuasão: o autor deveria procurar se amparar em alguma autoridade no assunto para assegurar sua legitimidade, sobretudo para a legitimidade de que desfruta a historiografia na construção imagética do passado frente às demais “escritas sobre um tempo passado” (MORAES, 2011, p. 6-7).

O processo que caracteriza esse rigor de manutenção da autoridade é duplamente fraudulento e característico de um “falsário” (NICOLAZZI e BAUER, 2016). Por um lado, trata-se de um texto que falsifica conscientemente seus referenciais, tomando para si a condição de historiografia ao apresentar as formas próprias ao texto historiográfico à medida que rompe com seus limites éticos. Por outro, trata-se de uma falsificação

consciente do passado, apoiando-se na recusa de quaisquer evidências empíricas que possam contradizê-lo, sustentando seus postulados sob o princípio de verificabilidade (MORAES, 2011, p. 15).

Essa postura é facilmente reconhecível na argumentação de Brilhante Ustra. Ele fez, de fato, um uso estratégico das afirmações de historiadores reconhecidos pelos pares – como Carlos Fico, Daniel Aarão Reis Filho, Denise Rollemberg e Marcelo Ridente – de modo que tomou para si afirmações – ainda que não representem necessariamente verdades históricas – realmente extraídas de estudos e de entrevistas desses profissionais e os inseriu numa rede de sentidos diferente daquela em que eles se situam, dando a entender que simpatizam com as suas proposições. Dessa forma, descartamos a probabilidade de ser um ato isento, visto que a alteração intencional de sentido, através da subtração de trechos dos textos originais, aponta para a estratégia cuidadosa de sugerir ao público que foi usado um procedimento legítimo de demonstração por meio da apresentação de resultados de estudo historiográfico, conduta reconhecida como própria da escrita da história (MORAES, 2011, p. 13).

Portanto, precisamos reconhecer a pertinência da manipulação dos dados e das fontes, uma vez que o coronel evocou o discurso de que é preciso apresentar o outro lado da história, diferente daquela que seria supostamente “militante”, mas coloca em prática o que diz combater. Isso pode ser notado quando Ustra afirma continuamente que teríamos vivido uma catástrofe sem precedentes se os militares não tivessem assumido o poder em 1964 (MENESES, 2019, p. 79). Trata-se de uma especulação sem qualquer amparo empírico, uma espécie de “ingenuidade metodológica deliberada” (WHITE, 2014, p. 40) que é apoiada apenas nas concepções ideológicas autoritárias do autor, escolha esta que, por si, garantiria a validade de suas afirmações.

Contudo, o esforço de legitimação não para por aí. Há um claro abuso da memória e da posição de testemunha, no sentido de tratar a memória como um tipo de recurso em oposição à produção acadêmica das últimas décadas. Isso conferiria a Ustra a posição de “autoridade do conhecimento” (NICOLAZZI e BAUER, 2016, p. 814), apoiando-se, sobretudo, na prerrogativa de um problema de memória, ou seja, de que o brasileiro possui “memória curta” ou “memória fraca”. Dessa maneira, o coronel assumia o dever de representar o passado como ele de fato ocorreu, o dever da objetividade e do realismo histórico:

Já que estavam tão interessados nos documentos guardados por civis e militares, em 2004, e antes que viessem procurá-los em minha casa, resolvi abrir os meus, alguns arquivados na memória, outros na memória de

companheiros de luta, outros pesquisados em jornais, livros, revistas e na Internet, onde, também, pouca coisa existe sobre as atrocidades cometidas pelos terroristas. [...]

Possivelmente, nada de novo foi escrito por mim. Os dados pesquisados foram reunidos e ordenados para facilitar a leitura e o entendimento da mensagem que agora transmito (USTRA, 2007, p. 27).

Assim sendo, como fez Paul Ricoeur (2007, p. 98), podemos sugerir um vínculo entre esse abuso da memória e uma prática de distorção proporcionada pelo fenômeno ideológico, ou seja, de uma “ideologização da memória” que opera como mecanismo de justificação de uma forma de poder político e de dominação, conforme veremos na próxima seção.

A memória ideologizada: nível ético

Hayden White também apresentou a explicação por implicação ideológica, estratégia em que se refletem as dimensões ideológicas e éticas do autor. Esse tipo de implicação aparece como posicionamento pessoal do escritor sobre determinadas questões do passado ou em sua busca pela compreensão dos acontecimentos que lhe são contemporâneos.

A esse respeito, White se embasou nos postulados de Karl Mannheim (2015) em *Ideology And Utopia: An Introduction to the Sociology of Knowledge* e estipulou quatro posições metapolíticas possíveis: conservantismo, liberalismo, radicalismo e anarquismo. Vale salientar que o passado serve, nesse nível do discurso, como meio de legitimação de um determinado estado de coisas ou como catalisador de mudanças no presente, com vistas a um futuro mais ou menos próximo. Sendo assim, podemos afirmar que qualquer uma das quatro implicações ideológicas tratam do passado, presente e futuro, relacionando permanência e ruptura em graus diferentes com valores distintos, embora todas levem a sério a inevitabilidade das mudanças sociais.

Na narrativa apresentada por Ustra predomina uma tendência explicitamente conservadora, pois é o tipo que mais teme as mudanças no *status quo* social. Apesar de reconhecer a inevitabilidade de alguma mudança, tem duas condições: a primeira é que apenas determinadas partes do corpo social devem passar pelo processo de modificação. A segunda é que as mudanças devem ocorrer em um ritmo essencialmente natural (evolução histórica enquanto aperfeiçoamento progressivo da estrutura institucional vigente), sem alterar as relações estruturais de maneira radical em seus aspectos políticos, sociais e econômicos. Desse modo, exclui automaticamente as outras

possibilidades, uma vez que o liberalismo possui um ritmo mais dinâmico das mudanças, enquanto o radicalismo pressupõe que as bases das estruturas da sociedade devem ser remodeladas e o anarquismo por si só prevê a abolição dessas bases.

A vitória do PT nas eleições de 2002, a “perseguição” instituída contra o coronel e seus pares, bem como a reeleição de Lula em 2006 representaram para Ustra o mais alto grau de ameaça ao país. Nesse sentido, é evidente que seu estudo do passado é uma ação política para mobilizar seu público no presente. Sua narrativa toma então ares de uma teoria conspiratória sobre a Quarta Tentativa de Tomada do Poder:

Como acontece em todos os movimentos onde os comunistas são derrotados, eles iniciam a sua volta lutando pela anistia, que, uma vez conquistada, lhes permite viver usando as liberdades democráticas que queriam destruir. Posteriormente, começam uma virulenta campanha para denegrir os que os combateram, posam de vítimas e de heróis e fazem da mentira e da calúnia o seu discurso. Não descansam enquanto não conseguem, por revanchismo, colocar na prisão aqueles que os combateram e derrotaram. Para isso, mudam as leis e até a própria Constituição, o que é feito com a corrupção do Legislativo e com o apoio de simpatizantes, escolhidos a dedo, para as mais altas funções do Judiciário (USTRA, 2007, p. 546).

Nessa lógica, podemos sublinhar as táticas levantadas por René Girard (2004) para a mobilização de perseguições coletivas. A motivação parte geralmente de uma opinião pública superexcitada através do mecanismo de estereótipos persecutórios discerníveis. Tais perseguições são comuns em momentos de crises institucionais, pois favorecem a formação de multidões “susceptíveis de substituir instituições enfraquecidas ou de exercer uma pressão decisiva sobre elas” (GIRARD, 2004, p. 19). São três os estereótipos persecutórios: o primeiro envolve a descrição de uma crise de ordem social e cultural; o segundo aponta para crimes que permitam a culpabilização de um bode expiatório costumeiramente coletivo, um suposto grupo de indivíduos que podem ser nocivos para toda a sociedade de modo imperceptível; e o terceiro abrange a pertinência das mesmas vítimas a determinadas categorias que são particularmente expostas ao escárnio e à condição persecutória pela “multidão”.

Quando descreveu o aparente cenário de crise política e econômica em que o Brasil se encontrava, Ustra não poupou esforços para expor suas hipóteses acerca das suas supostas causas e de seus culpados. Acima de tudo, apontou para uma crise moral ao combinar o petismo e o comunismo à corrupção, denunciando os diversos escândalos criminosos que envolviam de algum modo o governo de Lula e o histórico subversivo dos seus integrantes na Ditadura.

Por isso, o uso estratégico desse mecanismo de mobilização parece ir além da guerra de memória no instante em que assume outra roupagem, a de uma “guerra cultural”. Essa tendência é evidente em ambos os discursos anticomunista e antipetista de Brilhante Ustra. Tanto que, segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2019, p. 78):

Ser “anti” significa combater o inimigo sem trégua, até sua eliminação, que não precisa necessariamente ser física (embora em alguns casos se chegue a tal ponto), mas, sobretudo, política. Ser anti alguma coisa, portanto, implica adotar atitudes que vão além da simples oposição, com base em recusa integral, uma repulsa que gera estímulos para destruir as ideias oponentes, às vezes também as pessoas que as professam (MOTTA, 2019, p. 78).

O autor ainda acrescenta que esta recusa integral do antipetismo o aproxima consideravelmente da tradição anticomunista, uma vez que a mesma fora apropriada para atacar os governos do PT. O esforço de associação desses governos com experiências socialistas totalitárias, violentas e especialmente com a conspiração internacional do Foro de São Paulo enriquece sua retórica centrada no medo ainda presente da ameaça vermelha:

Conquistada a Presidência da República, o PT, membro fundador do Foro de São Paulo, deveria, até por coerência, se pautar pelas decisões preconizadas pelo Foro. Elas seriam implementadas com cautela, passo a passo, com determinação, até a conquista do objetivo principal: o de tornar o Brasil um país socialista (USTRA, 2007, p. 560).

Ainda em seus aspectos políticos e sociais, devemos levar em conta também que essa exaltação do nacionalismo de inspiração anticomunista tem raízes na concepção de nação como conjunto orgânico, elemento característico do conservadorismo do século XIX (MOTTA, 2019, p. 80). Esse modelo enfatiza a defesa da ordem, da tradição e da integração contra as forças revolucionárias, partindo daí as inúmeras referências ao comunismo como perigo externo, posto o contexto de expansão internacional desta ideologia no século XX.

Contudo, a comunidade memorialística a que pertence Ustra e que representa essa posição metapolítica é produto e produtora de um estado de coisas que defende e reproduz uma dimensão hierárquica, excludente, violenta e desigual da sociedade brasileira (PEREIRA, 2015, p. 885-886). Assim, outro aspecto que desperta uma especial atenção nos ataques feitos pelo coronel aos governos petistas atinge diretamente o plano econômico, mais especificamente nas propostas desenvolvimentistas destes. Para tanto, ele estabeleceu o seguinte paralelo:

Entretanto, a queda do dólar, os juros altos e o fraco desempenho da agropecuária derrubaram a economia. O Produto Interno Bruto de 2005 (PIB)

creceu 2,3%. Na América Latina, o resultado superou apenas o do conturbado Haiti que, apesar de tudo, cresceu 1,5%. A Argentina e a Venezuela cresceram 9%. A economia mundial cresceu 4,5%. Para um país emergente, 2,3% é um crescimento pífio.

No tão criticado regime militar, principalmente no governo Médici, o crescimento da economia chegou a 11,9%. A média do período foi de 9% ao ano (USTRA, 2007, p. 527-528).

É evidente a insinuação de que o período ditatorial foi desenvolvimentista de tal forma que os governos de centro-esquerda do PT jamais poderiam ter sido, uma vez que “ao invés de desempregados perambularem meses em busca de emprego, como hoje, eram comuns, nas indústrias e no comércio, as tabuletas nas portas oferecendo emprego. Nos bairros, Kombis passavam com alto-falantes oferecendo trabalho” (USTRA, 2007, p. 233). O autor afirma conscientemente que as coisas eram assim porque ele se lembra de que eram dessa forma.

Dessa maneira, podemos retomar a ideia de uma “ideologização da memória” – que, diga-se de passagem, não se limita a esse aspecto em específico, abrangendo também outros pontos costumeiramente defendidos pelo conservadorismo –, pois “é mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração” (RICOEUR, 2007, p. 98). Essa estratégia se faz perceptível, por exemplo, no momento em que o autor celebra o trunfo do “milagre econômico”, ao passo que omite o fato de que, por exemplo, o projeto econômico empregado no período favorecia a concentração de renda e políticas de arrocho salarial (BIELSCHOWSKY, 2011, p. 20; SILVA, 2013, p. 76). Por outro lado, a postura desenvolvimentista de Lula, ao menos em tese, deveria fazer com que o crescimento econômico acompanhasse a distribuição de renda e a promoção da democracia proporcionalmente, o que não parece ser visto com bons olhos:

Entretanto, urge aguardar. A política é muito dinâmica e a história muito mais ainda. A socialização do Brasil é o principal objetivo do PT e o lulismo é o seu maior instrumento de manobra.

Tomara que os fatos desmintam o “determinismo histórico” pelo qual o PT considera ser questão de tempo a socialização do Brasil (USTRA, 2007, p. 563).

Mas, em contrapartida à perspectiva de Brilhante Ustra, a mera afirmação de que dispor de “mais memória” implica, como bem colocou Arthur Lima de Ávila (2018, p. 252), em uma melhor compreensão de nosso tempo “é algo bastante ingênuo, pois corremos o risco, já aventado por Baldwin, de nos afogarmos no passado, ao contrário de utilizá-lo para a elaboração de visões alternativas para o futuro”. Soma-se a isso a

ingenuidade de considerar que o estudo do pretérito é apenas um campo de escavação para se encontrar a “verdade”, como se, por si, o passado fornecesse alguma resposta definitiva sobre as questões do presente.

Considerações finais: os tropos e o estilo “historiográfico”

Apresentadas as estratégias referentes aos níveis do enredo, da argumentação e da ideologia, nos resta lançar um olhar sobre a tropologia. No que diz respeito à prefiguração do campo histórico, a teoria da obra histórica de Hayden White aponta como primeiro ato do escritor a escolha de um dos tropos-mestres do padrão quádruplo proposto por estudiosos do Renascimento, como Giambattista Vico: metáfora, metonímia, sinédoque ou ironia.

Tal qual um princípio norteador, a prefiguração simboliza o movimento que possibilita aplicar os modos respectivos aos níveis estético, epistemológico e ético que se utilizarão para explicar o que de fato aconteceu. Para tanto, White propôs uma afinidade eletiva entre os tropos e os modos que pode ser representada no quadro abaixo:

Quadro 1 - Afinidades eletivas entre tropos e modos

Tropo	Modo de elaboração de enredo	Modo de argumentação formal	Modo de implicação ideológica
Metáfora	Estória romanesca	Formismo	Anarquismo
Metonímia	Tragédia	Mecanicismo	Radicalismo
Sinédoque	Comédia	Organicismo	Conservantismo
Ironia	Sátira	Contextualismo	Liberalismo

Fonte: Mello, 2010.

Na presente análise, sugere-se que o texto de Brilhante Ustra apresenta indícios de se tratar de uma sinédoque, tropo que orienta a construção da narrativa da seguinte maneira: desintegra-se o objeto de estudo, analisam-se as partes, destacadas dos todos, e depois se reconstituem os todos, destacados das partes, de modo que a revelação gradual do relacionamento que as partes mantêm qualitativamente com os todos é apreendida como a explicação do motivo pelo qual as coisas aconteceram como aconteceram (WHITE, 2008, p. 189). Apesar de haver uma aparente contradição quanto ao uso da tragédia ao invés da comédia como o modo de elaboração de enredo, vale ressaltar que a afinidade eletiva não é uma regra, mas sim uma tendência sugerida por White para que não se combinassem os tropos e os modos de maneira indiscriminada.

No curso da narrativa negacionista do coronel, o todo que é o sistema político é dividido nas duas grandes partes da “direita” e da “esquerda”, às quais por sua vez são desintegradas nos grupos que as constituem, ainda que ele o tenha feito de uma maneira relativamente simples – como é o organicismo (ASSIS, 2017, p. 200). De um lado, temos as Forças Armadas e os civis que são verdadeiros brasileiros, trabalhadores e patriotas. De outro, apenas pessoas que foram ensandecidas por uma ideologia, assassinos de inocentes, inimigos e dos próprios companheiros, sem esforço de diferenciação entre os movimentos de esquerda mais moderados e os mais radicais, pois todos objetivam o poder e a supressão das liberdades e dos direitos em nome da luta de classes e da justiça social.

Esses grupos também são fragmentados nos agentes, que quase aparecem como personagens em certos trechos, e nas agências que os compõem, de modo que é possível estabelecer duas modalidades particulares de relacionamento: uma é integrativa de si para si e a outra é de inconciliação entre ambas as massas ou forças políticas. De maneira mais simples, a primeira aponta para um processo de indiferenciação das partes com o todo, ou da substituição da parte pelo todo ou do todo pela parte, pela definição corrente da sinédoque. Por exemplo, a denominação “comunista” funciona como representação de um grande bloco que integra todas as vertentes de esquerda. A sinédoque é essencialmente “integrativa” (WHITE, 2008, p. 48). Já a segunda modalidade realça a incompatibilidade entre tudo o que se entende por uma “direita” e por uma “esquerda” em termos qualitativos, ou seja, os projetos políticos e a visão de mundo de ambas são incompatíveis, não permitindo uma conciliação final entre as duas.

Nessa lógica, Ustra pôde indicar o sentido para o qual essas forças se encaminham e que foi mencionado em outro momento: o de que a história avança para mais uma colisão entre as duas grandes forças no presente ou em um futuro próximo, tensionando para que uma ou outra seja eliminada de uma vez por todas.

White determinou que a correlação dos tropos de prefiguração com os modos de explicação permite caracterizar o estilo de um autor. No caso de Brillhante Ustra, a visão sinédóquica das coisas acarretou na escolha de um enredamento específico – trágico –, bem como implicou na forma que ele dispôs os seus argumentos – organicismo – e permitiu também apontar os traços ideológicos em seus escritos – conservantismo.

Devemos ter em mente também que a experiência histórica promovida pela narrativa é autoritária quando rejeita a pluralidade de passados e, conseqüentemente, a possibilidade de futuros alternativos. Ao levarmos isso em conta, fica plausível

projetarmos a noção de que a história pode ser “mais bem vivida se não tiver um sentido único, mas muitos sentidos diferentes” (WHITE, 2014, p. 63) como parte da construção de uma resposta ética e humanamente responsável aos acontecimentos da Ditadura Civil-Militar sem reduzirmos o estudo desse passado “a uma simples busca pela verdade do pretérito, com a devida naturalização da pesquisa empírica e do modelo positivista-documental, como o chamou LaCapra” (ÁVILA, 2018, p. 257).

Novas perspectivas, ou melhor, novas experiências históricas devem “gerar, na visão de White, outras responsabilidades em relação ao que devemos fazer com o passado” (ÁVILA, 2018, p. 29). Assim sendo, para concluirmos, é imprescindível que reflitamos sobre a desnaturalização da ideia de que o presente é apenas a mera continuidade de um passado determinado e homogeneizado, tal como Brilhante Ustra nos apresentou, em prol de panoramas de passado, presente e futuro que sejam alternativos e humanizados.

FROM WEAPONS TO BOOKS: AN ANALYSIS OF THE DENIALIST DISCOURSE IN THE BOOK *A VERDADE SUFOCADA* BY CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA

Abstract: This article aims to analyze the textual and stylistic dimensions present in Carlos Alberto Brilhante Ustra's denialist narrative in *A verdade sufocada: a História que a esquerda não quer que o Brasil conheça* and, for that, the tropological mechanisms proposed by Hayden White will guide this investigation. Demonstrated the explanatory strategies used by the colonel to convince his audience about his worldview, as well as the apprehension he makes of the past in the current context of war of memories, it is expected to contribute to the construction of an ethical and humanly responsible response about the traumatic past of the Civil-Military Dictatorship of 1964-1985.

Keywords: Denialism. Dictatorship of 1964-1985. War of memories.

DE LAS ARMAS A LOS LIBROS: UN ANÁLISIS DEL DISCURSO NEGACIONISTA EN LA OBRA *A VERDADE SUFOCADA* DE CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar las dimensiones textuales y estilísticas presentes en la narrativa negacionista de Carlos Alberto Brilhante Ustra en *A verdade sufocada: a História que a esquerda não quer que o Brasil conheça* y, para eso, los mecanismos tropológicos propuestos por Hayden White orientarán esta investigación. Demostrado las estrategias explicativas que utilizadas por el coronel para convencer a su audiencia sobre su visión de mundo, así como la aprehensión que hace del pasado en el contexto actual de guerra de memorias, se espera que contribuya a la construcción de una respuesta ética y humanamente responsable sobre el pasado traumático de la Dictadura Civil-Militar de 1964-1985.

Palabras clave: Negacionismo. Dictadura de 1964-1985. Guerra de memorias.

Referências

- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. São Paulo: Vozes, 1985.
- ARRUDA, Roldão. Justiça de São Paulo reconhece Ustra como torturador. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 ago. 2012. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,justica-de-sao-paulo-reconhece-ustra-como-torturador,916432>>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- ASSIS, Gabriella Lima de. **Raízes do Paraíso**: uma análise whiteana de Sérgio Buarque de Holanda. 2017. 223 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Geografia, História e Documentação, Cuiabá, 2017.
- ÁVILA, Arthur Lima de. O fim da história e o fardo da temporalidade. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p.243-266, 2018.
- ÁVILA, Arthur Lima de. (Re)Politizando a teoria da história em tempos de exceção: Hayden White e a crítica do presente. **Artcultura**, v. 20, n. 37, p. 21-35, 2018.
- BAUER, Caroline Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. **Relaciones Internacionales**, La Plata, Argentina. v. 28, n. 57, p. 37-51, 2019.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O desenvolvimentismo**: do pós-guerra até meados dos anos 1960. Palestra realizada em 23 jul. 2010. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109261231420.LivroCAIXA_C_0_15.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, 2012.
- FRYE, Northrop. **Anatomy of Criticism - Four essays**. Princeton University Press, 2020.
- GIRARD, René. Os estereótipos da perseguição. In: GIRARD, René. **O bode expiatório**. Tradução de Ivo Storniolo. 1ed. São Paulo: Paulus, 2004, p. 19-32.
- MACIEL, Lício; NASCIMENTO, José Conegundes do (orgs.). **Orvil**: Tentativas de Tomada do Poder. 1ed. São Paulo: Editora Schoba, 2012.
- MANNHEIM, Karl. **Ideology and Utopia**: An Introduction to the Sociology of Knowledge. Martino Fine Books, 2015.
- MELLO, Ricardo Marques de. Teoria do discurso historiográfico de Hayden White: uma introdução. **OP SIS**, v. 8, n. 11, p. 120-145, 2010.
- MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: Negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 66-88, 2019.
- MORAES, Luís Edmundo de Souza. O negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o passado. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, ANPUH, São Paulo, junho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312810501_ARQUIVO_ANPUH2011-ARTIGO-Luis_Edmundo-Moraes.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: Motta, Rodrigo P.S; Bohoslavsky, E; Boisard, S. (Org.). **Pensar as direitas na América Latina**. 1ed. São Paulo: Alameda, 2019, v. 1, p. 75-98.

NICOLAZZI, Fernando; BAUER, Caroline Silveira. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia História**, v. 32, p. 807-835, 2016.

PEPPER, Stephen C. **World Hypotheses: A Study in Evidence**. University of Califórnia Press, 1992.

PEREIRA, Matheus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, v. 31, n. 57, p. 853-902, set./dez. 2015.

RICOEUR, Paul. A Memória Exercitada: Uso e Abuso. In: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 71-104.

SILVA, Leandro Ribeiro da. **Os ciclos desenvolvimentistas brasileiros (1930-2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo**. 2013. 261 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2013.

USTRA, Carlos Alberto Brillhante. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. 3ed. Brasília: Editora Ser, 2007.

WHITE, Hayden. **Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX**. Tradução de José Laurêncio de Melo. 2ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

WHITE, Hayden. O passado prático. Tradução de Arthur Lima de Ávila, Mario Marcello Neto, Felipe Radünz Krüger. **Artcultura**, v. 20, n. 37, p. 9-19, 2018.

WHITE, Hayden. O fardo da história. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2ed. São Paulo: Editora da USP, 2014, p. 39-63.

SOBRE O AUTOR

João Francisco Teixeira Amaro da Silva é graduando em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).

Recebido em 15/09/2020

Aceito em 17/03/2021